

## DOCUMENTOS DA CPI EMBARAÇARAM EX-MINISTRO

Um fax enviado pelo deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) ao economista José Carlos Alves dos Santos no dia 20 de janeiro de 1992, pedindo para acrescentar Cr\$ 650 milhões a uma emenda do deputado José Luiz Maia (PPR-PI), foi o documento que causou maior embaraço ao deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) nas doze horas e meia de seu depoimento, quarta-feira, na CPI do Orçamento. O documento foi apreendido na casa de José Carlos pela CPI e apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) durante o interrogatório. Outro documento apresentado pelo

deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) mostra que o Orçamento de 92, do qual Fiúza foi relator, foi alterado após sua aprovação pelo Congresso. Nesse documento, Sérgio Guerra pedia que o texto de uma emenda para obras rodoviárias fosse alterado. O pedido foi feito no dia 29 de janeiro de 1992 e o Orçamento tinha sido aprovado pelo Congresso no dia 9 de dezembro de 1991.

Os principais momentos do depoimento de Fiúza foram:

**Orçamento de 1992** — Fiúza foi colocado frente a dois documentos apresentados pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e

pelo deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) comprovando que ele e o ex-chefe do Departamento de Orçamento da União (DOU), José Carlos Alves dos Santos, adulteraram o Orçamento de 1992, incluindo emendas depois de o texto ter sido aprovado pelo Congresso. Numa atitude que se repeteria outras vezes Fiúza pediu cópia dos documentos e se comprometeu a esclarecer o assunto por escrito.

**Dívida com a Caixa Econômica Federal** — O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou documento provando que o deputado obteve da CEF, no dia 8 de maio de 1991, quando era líder do PFL na Câmara, um

empréstimo subsidiado de US\$ 1,5 milhão para a Usina Jaçanã, de propriedade de sua família. Uma das parcelas foi paga com cheque sem fundos, que a CEF, na gestão de Álvaro Mendonça, aceitou. O deputado Ricardo Fiúza negou que o empréstimo tenha sido subsidiado, porque em dois anos a dívida já é de US\$ 4 milhões.

**Subvenções sociais** — Fiúza foi acusado de liberar em um mês US\$ 35 milhões em subvenções sociais para parlamentares distribuírem a entidades fantasmas e prefeituras, quando a média mensal de liberação de subvenções era de US\$ 8 milhões. O

deputado disse que as liberações ocorreram em setembro porque foi justamente quando os recursos orçamentários foram descontingenciados pelo ministro Marcílio Marques Moreira.

**Corrupção no Orçamento** — Sobre as denúncias de José Carlos Alves dos Santos de que Fiúza fazia parte da máfia do Orçamento, o deputado levou atas das reuniões da Comissão quando era relator e leu trechos em que ele se recusou a distribuir as cotas de subvenções, transferindo essa prerrogativa para os ministérios. Quando foi ministro da Ação Social, Fiúza alega que

liberou Cr\$ 70,4 bilhões dos Cr\$ 169,6 bilhões a que tinha direito de distribuir como subvenções.

**Bilhete a José Carlos** — O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) apresentou o bilhete em que Fiúza pedia a José Carlos que incluísse as entidades de sempre na distribuição de subvenções no Orçamento de 1992. Fiúza alegou que aquele bilhete foi enviado a José Carlos para que o DOU (Departamento de Orçamento da União) descontingenciasse aqueles recursos. Mais tarde, Vivaldo mostrou que o bilhete era de junho de 92, quando José Carlos já não era mais do DOU.